

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

3



*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Ivonete Barreto de Amorim
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

3



*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Ivonete Barreto de Amorim
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima

Luiza Batista

2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro

Copyright © Atena Editora

Edição de Arte

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores

pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof^a Dr^a Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 3

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Ivonete Barreto de Amorim

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A838	<p>Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 3 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Teresa Ribeiro Pessoa, Ivonete Barreto de Amorim. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-203-6 DOI 10.22533/at.ed.036202007</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Pessoa, Maria Teresa Ribeiro. III. Amorim, Ivonete Barreto de.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Prezados leitores, aqui está o resultado de um trabalho feito em várias mãos, que envolve estudantes e pesquisadores de vários contextos do Brasil. Do lado de cá, na organização, professores com experiências e trajetórias diferentes usufruindo da confiança que receberam da Atena Editora, organizaram em 3 volumes, com dois eixos temáticos cada um, os 71 textos que culminam na Coletânea “Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira”.

Uma temática atual e necessária, pois, coloca no centro da discussão científica a educação e seus atores, adornando, um diálogo que perpassa pelos aspectos históricos, políticos e culturais. Nesse cenário (educacional), novos e velhos problemas se encontram, e, por isso, se torna um cenário carente de políticas públicas educacionais eficazes. Socializar resultados de experiências e investigações que foram desenvolvidos muitas das vezes em contextos educacionais, primando pela resolução de problemas sociais de ordem diversas, é primordial.

O volume 3 da Coletânea “Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira”, é constituído de 23 textos, organizados em dois eixos temáticos por onde perpassam temas, que para nós da educação, nos são caros, tais como: aprendizagem, cidadania, ensino, escola, formação de professores, políticas públicas, pós-graduação, privatização, teorias do currículo, entre outros. Diante o exposto, percebe-se que temos aí, temas que são propulsores para uma boa reflexão. A tod@s, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Ivonete Barreto de Amorim

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE I

CAPÍTULO 1	1
O USO DA TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	
Kleide Ferreira de Jesus Suely Cristina Soares da Gama	
DOI 10.22533/at.ed.0362020071	
CAPÍTULO 2	11
PROJETO DE HORTA ORGÂNICA NA ESCOLA ESTADUAL FREI AMBRÓSIO – CÁCERES – MATO GROSSO - BRASIL	
Maura Rodrigues Palocio Adriely Luiza Ferreira Raoni de Cáceres Menezes Aleixo Luciana Melhorança Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.0362020072	
CAPÍTULO 3	20
OS MANUAIS DIDÁTICOS DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL DAS DÉCADAS DE 1940 E 1950 E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA DOCENTE	
Eder Ahmad Charaf Eddine Lícia Mara Pinheiro Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.0362020073	
CAPÍTULO 4	27
PEDAGOGIA DO OPRIMIDO DE PAULO FREIRE: UM ESTUDO DE CASO, SITUAÇÕES DE OPRESSÃO VIVENCIADA POR MORADORES DA CIDADE DE CÁCERES - MT	
Amanda de Souza Vila Débora Oliveira de Marchi de Mei Dayanne Carla de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0362020074	
CAPÍTULO 5	36
PENSANDO SOBRE OS PAPÉIS DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA EM TEMPOS DE CRISE SANITÁRIA DO CORONAVÍRUS	
Walace Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.0362020075	
CAPÍTULO 6	46
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DAS DIMENSÕES CONCEITUAIS	
Jerry Wendell Rocha Salazar Edinólia Lima Portela	
DOI 10.22533/at.ed.0362020076	
CAPÍTULO 7	56
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: A EXPANSÃO PÚBLICO-PRIVADO NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO NORTE (2003-2017)	
Matheus Lucas Silva de Souza Fabiana Araújo Nogueira	

Alda Maria Duarte Araújo Castro

DOI 10.22533/at.ed.0362020077

CAPÍTULO 8 69

PRÁTICA DOCENTE E ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: QUAL CAMINHO?

Tânia Mara dos Santos Bassi

Vilma Miranda de Brito

DOI 10.22533/at.ed.0362020078

CAPÍTULO 9 83

PRIVATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: AS AÇÕES DO MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Roberta Cristine de Andrade Passos

DOI 10.22533/at.ed.0362020079

CAPÍTULO 10 92

QUALIDADE SOCIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: POLÍTICAS E PRÁTICAS CURRICULARES NO MUNICÍPIO DE DIADEMA

Xirlaine dos Anjos Sousa

William Santos Nascimento

Géssica Natália Campos

DOI 10.22533/at.ed.03620200710

CAPÍTULO 11 100

RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA: O QUE DIZEM OS ESTUDOS ACADÊMICOS?

Emilly Amorim Medeiros

Marcia Cristina Argenti Perez

DOI 10.22533/at.ed.03620200711

CAPÍTULO 12 111

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS: PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Marinete Aparecida Martins

Leonardo Mendes Bezerra

Leo Victorino da Silva

DOI 10.22533/at.ed.03620200712

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE II

CAPÍTULO 13 120

RELIGIÃO E EDUCAÇÃO: OS PRINCÍPIOS RELIGIOSOS NO ENSINO PÚBLICO

Rafael Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.03620200713

CAPÍTULO 14 127

SIMULADOR DE GASES

Guilherme Tavares Tel

Gabriel Felipe de Souza Gomes

Gabriel Tolardo Colombo

Isabela Antunes de Souza Lima

Marcos Cesar Danhoni Neves

DOI 10.22533/at.ed.03620200714

CAPÍTULO 15	133
THE REI MAGOS FORTRESS. BRAZIL. - AN ARCHAEOLOGICAL STUDY OF A SIXTEENTH CENTURY FORTIFICATION	
Marcos Antonio Gomes de Mattos de Albuquerque Veleda Christina Lucena de Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.03620200715	
CAPÍTULO 16	158
O USO DA TECNOLOGIA COMO FACILITADORA PARA RESOLUÇÃO DE ATIVIDADES EXTRACLASSE NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA VIRGILIA BEZERRA DE LIMA, DELMIRO GOUVEIA – AL	
Wilma Lima Maciel José Fábio Oliveira Conceição Maria Dias de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.03620200716	
CAPÍTULO 17	173
UM OLHAR DE HANNAH ARENDT SOBRE A ESCOLA. - VIOLÊNCIA VERSUS CIDADANIA	
Pedro Geraldo Saadi Tosi Lamia Jorge Saadi Tosi	
DOI 10.22533/at.ed.03620200717	
CAPÍTULO 18	188
UMA BREVE REVISÃO SOBRE TEORIAS DO CURRÍCULO	
João Paulo Buraneli Mantoan Rodrigo Leite da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.03620200718	
CAPÍTULO 19	200
UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E LEGAL SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Ana Luiza Barcelos Ribeiro Bianka Pires André	
DOI 10.22533/at.ed.03620200719	
CAPÍTULO 20	214
PROGRAMA ALEGRIA - O USO DE FERRAMENTAS LÚDICAS NA EDUCAÇÃO E SAÚDE NO TRABALHO DENTRO DA MATERNIDADE	
Claudia de Lima Ribeiro Ana Paula Vieira dos Santos Esteves Mairon Mota da Silva Olinda Cizoski França Lara Emily Gomes Fernandes Viana Otávio Silva do Canto	
DOI 10.22533/at.ed.03620200720	
CAPÍTULO 21	222
UTILIZANDO UM JOGO VIRTUAL PARA ENFATIZAR CONCEITOS DE GRANDEZAS FÍSICAS NO ESTUDO DA ATMOSFERA NO ENSINO FUNDAMENTAL	
José Carlos de França Erlânia Lima de Oliveira Antônio Kalielso Silveira de Mendonça Rafael Castelo Guedes Martins	
DOI 10.22533/at.ed.03620200721	

CAPÍTULO 22	231
VIABILIDADE FINANCEIRA DO PROJETO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA EM ESCOLAS DE MINAS GERAIS	
Fábio Proença de Carvalho	
Robert Delano de Souza Correa	
André Filipe Soares Ramos	
Cristina de Souza Domingues Raposo	
DOI 10.22533/at.ed.03620200722	
CAPÍTULO 23	247
VÍDEO DE AULA PRÁTICA LABORATORIAL COMO METODOLOGIA ATIVA NA DISCIPLINA DE MICROBIOLOGIA DE ALIMENTOS	
Maria Karoline Leite Andrade	
Ana Livia de Araújo Pessoa	
Beatriz Lima Arnaud	
Claísa Andrea Freitas Rabelo	
João Mário Pompeu de Sousa Brasil	
Lenice Matos Lima	
Letícia Michelle Lima de Araújo	
Nildyane Carvalho Pontes	
Sofia Barros Freire	
Stefannie Alves Torres	
Victor Vincent Moraes de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.03620200723	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	254
ÍNDICE REMISSIVO	256

PRIVATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: AS AÇÕES DO MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Data de aceite: 01/07/2020

Roberta Cristine de Andrade Passos

Graduada em Pedagogia, Universidade Federal Fluminense -UFF

robertaand01@gmail.com.

Mestranda no Programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana – UERJ

RESUMO: Neste texto, pretende-se analisar a realidade da educação nacional brasileira, considerando o processo de privatização e mercantilização da educação no Brasil, a partir do Regime Empresarial Militar, e como foi se complexificando ao longo do tempo. Passando pelo neoliberalismo, até chegar ao que temos hoje, o que podemos chamar de neoliberalismo de Terceira Via, apresentando novas ideias e ações em busca de um consenso, e hegemonia dos seus princípios para a conformação da sociedade, em especial na educação. Após, apresentamos a atuação dos empresários na educação, agindo como verdadeiros reformadores educacionais junto ao governo, objetivando uma suposta melhoria da qualidade de educação no país. Diante dessa conjuntura, pretendemos descrever e analisar, de maneira breve, o que é este movimento, quem são os seus parceiros, seus objetivos, ações,

intervenção, projetos e planos para educação brasileira desde o ano da sua criação, até os dias atuais.

PALAVRAS-CHAVE: Privatização; Empresários; Todos pela Educação.

ABSTRACT: This text aims to analyze the reality of Brazilian national education, considering the process of privatization and mercantilization of education in Brazil, from the Military Business Regime, and how it has become more complex over time. Going through neo-liberalism, until reaching what we have today, what we can call Third Way neo-liberalism, presenting new ideas and actions in search of a consensus, and hegemony of its principles for the conformation of society, especially in education. Afterwards, we present the performance of entrepreneurs in education, acting as true educational reformers with the government, aiming at a supposed improvement of the quality of education in the country. Faced with this situation, we intend to briefly describe and analyze what this movement is, who its partners are, their objectives, actions, interventions, projects and plans for Brazilian education from the year of its creation to the present day.

KEYWORDS: Privatization; Entrepreneurs; All for Education.

INTRODUÇÃO

Neste estudo, apreendemos que o trabalho e a educação são mediações dos processos sociais da existência humana,

São fundamentais no processo de produção e reprodução da vida humana. Entretanto, na sociedade capitalista, contraditória em sua essência, o trabalho apresenta-se duplamente dimensionado: de um lado, é atividade central na história do homem, tanto no que se refere aos processos de sociabilidade, quanto à emancipação do ser humano; de outro, encontra-se, não apenas, subsumido à produção de mercadorias, mas também, reduzido ele próprio à mercadoria, aprisionando-se ao salário, à exploração, à alienação. Por sua vez, a educação – com o desenvolvimento da produção, que engendrou a divisão do trabalho segundo especializações, bem como a apropriação privada dos meios de produção, que dividiu os homens entre senhores e escravos, patrícios e plebeus, barões e servos, burgueses e proletários – assume caráter de classe, voltando-se para os interesses da classe dominante no poder, dos quais não se libertará enquanto a sociedade, assim, for cindida em classes (SILVEIRA, 2011, p. 8).

Historicamente, o empresariado brasileiro tem exercido influência decisiva na sociedade em geral, inclusive no campo educacional. A partir do governo Empresarial Militar¹, as políticas de cunho tecnocrático passam a responder às dinâmicas de modernização e de desenvolvimento econômico, voltando a educação para os interesses do mercado. Entretanto, é a partir da implantação e implementação das políticas neoliberais, no Brasil, que a educação torna-se, de fato, mercadoria, ao mesmo tempo em que ocorre o processo de privatização por dentro das escolas públicas.

No início do século XXI, o empresariado brasileiro e intelectuais orgânicos do capital, assumem papel decisivo no estabelecimento e condução das políticas públicas, de modo a legitimar o capitalismo contemporâneo como o modo mais avançado e humanizado de produzir a existência humana. Estes sujeitos históricos tomaram para si a responsabilidade de apresentar soluções para os problemas sociais gerados pelo capitalismo em sua fase neoliberal.

Nas últimas décadas, no Brasil, o neoliberalismo vem se desenvolvendo, por meio de um programa político específico chamado Terceira Via. Caracterizado por novas ideias e práticas, de uma educação para o consenso, sobre o viés da democracia, cidadania, ética e participação, tudo adequado aos interesses privados do capital nacional e internacional. Nesse contexto, enfatizam a obtenção do consenso, pois é um meio fundamental para que um projeto de sociedade se torne hegemônico.

Neste contexto, o movimento Todos Pela Educação (TPE), criado no ano de 2006, reúne empresários brasileiros, representantes das esferas municipal, estadual e federal do poder, dirigentes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), se firmaram sob a

1 De acordo com Campos (2016 p. 4) “o uso do conceito empresarial-militar, para caracterizar a ditadura, se explica pelo seu potencial de elucidar os principais sujeitos articuladores do golpe de 1964 e que viriam a compor o Estado e a política subsequente; quais sejam, os empresários e os militares. O conceito, usado inclusive por Dreifuss (1981), de ditadura civil-militar não foi referenciado por dar margem a algumas imprecisões quanto à caracterização de civil – termo demasiado genérico (MELO, 2014) ”.

bandeira da melhoria da educação básica na rede pública de ensino.

Considerando-se uma instituição apartidária e plural, o TPE reúne um grupo de 27 empresários, que atuando como anunciador e organizador de uma nova cultura educacional resolveria todos os problemas sociais: baixa escolaridade, baixa qualidade educacional, miséria, corrupção, violência, etc., até o ano de 2022.

Com o objetivo de tornar o Brasil verdadeiramente independente através da educação de qualidade, o TPE conta com um grande poder de comunicação na mídia como internet, televisão, jornais e revistas, além do mercado editorial. Nesta conjuntura, o TPE, se fortaleceu e por meio do Plano Nacional de Educação (PNE), concretizou seus objetivos para a educação pública brasileira.

O fortalecimento do setor privado e da mercantilização da educação a partir do Regime Empresarial Militar

Consumado o Golpe Empresarial Militar, começaram a divulgar um discurso de exaltação e valorização do trabalho e da educação, vistos como uma via direta para atingir o desenvolvimento de uma nação rica e forte, um instrumento utilizado para atender a real finalidade de obtenção de consenso, numa estratégia de luta pela hegemonia.

Neste período, o IPES (Instituto de Estudos e Políticos e Sociais)² realizou um simpósio sobre a reforma da educação, cujos interesses estavam voltados a assegurar o aumento da produtividade e da renda. Os empresários ligados ao IPES operavam em articulação com seus parceiros americanos, contavam com a sua colaboração no planejamento e na execução orçamentária da educação.

Celebraram acordos com os Estados Unidos da América de financiamento e cooperação técnica para a reforma da educação brasileira com a intermediação da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). Estes acordos, assinados em 1965, ficaram conhecidos como Acordos MEC-USAID³. “Configurou-se a partir daí uma concepção produtivista da educação” (SAVIANI, 2008 p.297).

A influência do militarismo na educação preconizava um avanço nos meios existentes, com vistas a atenuar as pressões dos opositores ao militarismo, mascarando o início de uma futura privatização educacional em nosso país. A política educacional neste período, foi utilizada pelo regime ditatorial para assegurar a dominação necessária para o exercício da política subordinada e mantenedora do processo de acumulação de capital, tentando afastar os conflitos e tensões existentes que atrapalhavam a obtenção da hegemonia.

2 O IPES foi criado em 1961 por um grupo de empresários do Rio de Janeiro e São Paulo, articulados com empresários multinacionais. Desenvolvia ações ideológicas, sociais e políticas utilizando-se dos meios de comunicação de massa. Para maiores detalhes, ver Campos (2016).

3 Segundo Silveira (2011, p. 316), os acordos para a área da educação já vinham sendo celebrados, antes mesmo do governo empresarial militar. Em 19 de dezembro de 1950 foi assinado o Acordo Geral entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos “para estabelecer o intercâmbio de conhecimentos técnicos e a cooperação em atividades correlatas” com vistas a contribuir para o desenvolvimento econômico e para elevação da capacidade produtiva do Brasil.

Houve uma acumulação do capital, baseada na desigualdade social firmada por uma política social excludente das classes populares, o que era assegurado pela violenta repressão política (SAVIANI, 2008).

Para além do fortalecimento do setor privado no ensino, cabe considerar também que:

O próprio setor público foi sendo invadido pela mentalidade privatista, traduzida no esforço em agilizar a burocracia aperfeiçoando os mecanismos administrativos das escolas; na insistência em adotar critérios de mercado na abertura dos cursos e em aproximar o processo formativo do processo produtivo; na adoção dos parâmetros empresariais na gestão do ensino; na criação de “conselhos curadores”, com representantes das empresas, e na inclusão de empresários bem sucedidos como membros dos conselhos universitários [e conselhos de diretor nas escolas técnicas]; no empenho em racionalizar a administração do ensino, enxugando sua operação e reduzindo seus custos, de acordo com o modelo empresarial (SAVIANI, 2008 p. 301).

Percebemos que as contradições no governo empresarial militar primaram, de um lado, pela valorização e pela necessidade de incentivos ao desenvolvimento educacional do país; de outro, destinaram poucas verbas para área da educação pública, estimulando setores privados vinculados à acumulação de capital facilitando e direcionando para uma política de comodificação, privatização e mercantilização da educação que ganhará força a partir da implantação das políticas neoliberais no Brasil.

O movimento Todos pela educação e suas ações para a educação pública

No ano de 1990 ocorreu a Conferência Mundial de Educação Para Todos, promovendo um consenso em torno de uma educação supostamente de qualidade, universal que satisfizesse as necessidades básicas de aprendizagem. Para tanto, novas alianças - as hoje parcerias público-privadas -, e crescentes articulações, são tomadas como necessárias em todos os níveis e órgãos de governo, bem como de organizações não governamentais, do setor privado e de comunidades (UNESCO, 1990).

Neste sentido, um compromisso coletivo foi assumido para atingir os objetivos e metas de Educação para Todos, assinado no ano de 2000, n'O Marco de Ação de Dakar, que destacava ser “essencial que novos compromissos financeiros concretos sejam firmados pelos governos nacionais e também pelos doadores bilaterais, multilaterais, incluindo-se o Banco Mundial, os bancos regionais de desenvolvimento, a sociedade civil e as fundações” (UNESCO, 2000 apud SILVEIRA, 2011, p; 186).

Neste sentido, o neoliberalismo de terceira via guia o bloco no poder na elaboração de novos projetos e práticas de sociabilidade como estratégia de obtenção do consenso, do fortalecimento e legitimação de interesse empresarial.

Cria-se assim, no ano de 2006, o movimento Todos pela Educação (TPE), sobre a afirmação de que os problemas sociais em geral, e da educação básica em particular, estariam impedindo a capacidade de inserção competitiva do país no mercado mundial,

pois os objetivos e metas traçados nas conferências e acordos com os organismos supranacionais não se cumpriam.

Reunindo um grupo de 27 empresários mantenedores ou parceiros do Banco Itaú, Banco Bradesco, Canal Futura, Editora Moderna, Instituto Airton Senna, Organizações Globo, Gerdau, Banco Santander, Dpaschoal, Saraiva, Faber Castell, Grupo Suzano, BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) entre outros, o TPE encontra-se estruturado a partir de um pacto entre a iniciativa privada e esferas públicas do governo (LEHER, 2013 apud GUIMARÃES, 2013).

No ano de 2006, um grupo de empresários e representantes das esferas municipal, estadual e federal de educação, como membros do CONSED e da UNDIME, entre outras organizações passaram a unir esforços, afirmaram um compromisso em defesa da educação pública proposto pelo TPE, “a unidade política passou a ser denominada de uma ampla aliança intersetorial em defesa de um projeto de nação” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007 apud MARTINS, 2009 p.7).

Freitas (2012), destacou esses grupos de empresários como “reformadores” junto ao governo, estes, foram comparados aos “*corporate reformers*”, os reformadores da educação nos Estados Unidos, refere-se a um acordo entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos, fundações privadas e pesquisadores com o discurso de que suas propostas são mais adequadas para “consertar” a educação. No caso do Brasil temos o Movimento Todos Pela Educação (TPE) com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica.

A lógica de produção foi então transferida para a educação, com ênfase em gestão e no investimento em tecnologia. Temos hoje em dia, o que podemos chamar de neotecnicismo, de acordo com Freitas (2012):

O tecnicismo se apresenta, hoje, sob a forma de uma “teoria da responsabilização”, meritocracia e gerencialista, onde se propõe a mesma racionalidade técnica de antes na forma de “*standards*”, ou expectativas de aprendizagens medidas em testes padronizados, com ênfase nos processos de gerenciamento da força de trabalho da escola (controle pelo processo, bônus e punições), ancorada nas mesmas concepções oriundas da psicologia behaviorista, fortalecida pela econometria, ciências da informação e de sistemas, elevadas a condição de pilares da educação contemporânea. Denominamos esta formulação neotecnicismo” (p.383).

Desta maneira, o neotecnicismo se apresenta em categorias como responsabilização, meritocracia e privatização, caracterizado por um controle dos processos educacionais objetivando resultados através de testes. O aluno passa então, a ser alvo de recompensa da escola.

Segundo o TPE, o Brasil jamais alcançará a competitividade no mercado mundial se não houver desenvolvimento econômico acompanhado de justiça e igualdade de oportunidades educacionais para todas as crianças e jovens em idade escolar. Se na aparência, a proposta político-pedagógica do TPE possui traços progressistas, na

essência, ela é conservadora na medida em que articula a racionalidade funcional-econômica burguesa aos aspectos sociais e culturais da sociedade, assumindo, desse modo, um caráter humanitário e missionário de combate à desigualdade educacional.

Assim, o TPE vem se organizando em torno de cinco metas a serem alcançadas até 2022: 1. Todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos devem estar na escola; 2. Toda criança deve estar alfabetizada até os 8 anos; 3. Todo aluno deve portar conhecimento de acordo com a idade-série; 4. Os jovens devem concluir o ensino médio até os 19 anos de idade; 5. Investimento em educação ampliado e bem gerido.

Dentre as principais bandeiras do movimento, levantadas no ano de 2010, a partir de assuntos ditos como prioritários para a melhoria da educação, e com o objetivo de defender políticas que possibilitem a aceleração do cumprimento das metas, são⁴: a melhoria da formação e carreira do professor; a definição dos direitos de aprendizagem; o uso pedagógico das avaliações e a ampliação da oferta de Educação Integral, aperfeiçoamento da governança e gestão.

Daí o discurso de que só o envolvimento e a participação de diversos segmentos da sociedade, particularmente do empresariado – engajados na obtenção das mesmas metas, bandeiras e atitudes, alinhados com as diretrizes das políticas públicas educacionais – a sociedade brasileira conseguiria encontrar as melhores e efetivas soluções e condições para a mazela educacional.

Em 2013, o TPE realizou uma pesquisa nas cinco regiões do Brasil para ouvir pais de alunos e educadores sobre as ações e comportamentos que favorecem a parceria entre família, escola e comunidade e que influenciam positivamente no aprendizado dos alunos. Com base nessa busca, propõe 5 Atitudes que mostram como a população brasileira pode ajudar crianças e jovens a aprender cada vez mais e por toda a vida. As Atitudes se apoiam nos seguintes pressupostos: vínculo afetivo, frequência, reconhecimento de avanços, diálogo e bons exemplos. São elas: 1. Valorizar os professores, a aprendizagem e o conhecimento; 2. Promover as habilidades importantes para a vida e para a escola; 3. Promover as habilidades importantes para a vida e para a escola, colocar a Educação escolar no dia a dia; 4. Apoiar o projeto de vida e o protagonismo dos alunos; 5. Ampliar o repertório cultural e esportivo das crianças e dos jovens;

De modo a acompanhar e controlar as citadas metas e bandeiras, o TPE conta com três setores: a área técnica, a área de comunicação e mobilização, e a área de articulações e Relações Institucionais.

Para conseguir se tornar um organismo reconhecido, e difundir seus objetivos o Todos Pela Educação (2015) exerce um forte poder na mídia: promove a Educação em Pauta; elabora o Boletim do Todos Pela Educação; possui também o Boletim Educação na mídia; Distribui mensalmente o kit de conteúdo editorial gravado do projeto No Ar:

4 Em PASSOS (2013), podemos ver neste mesmo ano, quais eram as bandeiras do TPE: o currículo e a valorização dos professores, o fortalecimento das avaliações, responsabilização dos gestores, melhoria das condições para a aprendizagem e definição do direito para a mesma. Podemos perceber a inclusão da educação integral.

Todos Pela Educação; Mantém parceria permanente com agências e diversos veículos de comunicação de todo o país para divulgar campanhas publicitárias; Mantém sempre atualizado o site institucional e as redes sociais; possui o De Olho das Metas, que é um relatório anual que analisa o esforço do Brasil; Promove pesquisas de identificação e promoção dos estudos necessários para o aperfeiçoamento dos diagnósticos e das políticas públicas; possui o Observatório do PNE formada por vinte organizações ligadas à Educação que traz o monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE); Mantém articulações políticas e institucionais; Junto com a Editora Moderna o TPE cria o Anuário Brasileiro da Educação Básica; Junto com o Instituto Inspirare cria o manual: Inovações Tecnológicas na educação: Contribuições para gestores públicos.

Podemos destacar também do site do TPE seus projetos e congressos para melhor coordenar e atingir seus objetivos. Dentre eles destacamos, o Congresso Todos Pela Educação, realizado a cada dois anos, que procura reunir os principais especialistas brasileiros e estrangeiros nos mais variados temas ligados à Educação pública. E o projeto Reduca, que é uma Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação, lançada em 2011 em Brasília DF, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é formada por organizações sociais de 13 países latino-americanos com o compromisso público de participar e contribuir com seus governos para que toda e cada criança e jovem possa exercer plenamente o direito à Educação inclusiva e de qualidade.

O TPE exerce, também, grande influência no mercado editorial, do qual podemos destacar as editoras: Saraiva, Abril, Santillana, FTD dentre outros. No setor público o Grupo Positivo comercializa livros didáticos para municípios de todo o país, além dos livros que fazem parte do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), editora Moderna.

Com um tempo significativo de existência e contando com a mídia e o mercado editorial, as ações do TPE são nítidas na sociedade, em geral, e no campo educacional, em particular, a exemplo do chamado Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) lançado pelo MEC, Portaria nº1.458, de 2012, em suma, até os oito anos de idade, as crianças precisam ter a compreensão do funcionamento do sistema da escrita, o domínio das correspondências gráficas, a fluência de leitura e o domínio de estratégias de compreensão e de produção de textos escritos.

As ações do pacto se apoiam em quatro eixos, quais sejam, Formação continuada presencial para os professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo; Materiais didáticos; Avaliações sistemáticas; Gestão, mobilização e controle social (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013).

O TPE também, constitui-se o principal órgão organizador do Plano Nacional de Educação, tanto, que podemos ver claras semelhanças entre suas metas como Movimento, encontradas em seu site (destacadas anteriormente neste trabalho), com as metas e estratégias do PNE. A grande maioria das empresas que ajudaram na elaboração do

PNE, defenderam o uso dos recursos públicos para as parcerias público-privadas.

Todos os aspectos do PNE preconizam novas funções sociais na educação pública. Com o TPE no poder:

A missão da educação é formar recursos humanos de distintos tipos, difundir as “competências” desejadas pelo capital, empreender meios de controle finalísticos por meio de sistemas padronizados de educação que possibilitem *rankings*, remuneração por desempenho em nome de uma falsa “meritocracia”, a distribuição de recursos em conformidade com as metas alcançadas, a fetichização tecnológica e a diversificação das formas e itinerários educativos, distribuídos por classe e frações de classes, em contraponto com a escola unitária (COLEMARX, 2014 p.10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empresariado, em seu discurso e ações, busca, através da educação, obter o controle social, o desenvolvimento do capital, o aumento de lucro, a circulação da economia, a aumentar a capacidade competitiva do país entre outros. Assim, contribui para manter a classe trabalhadora brasileira inserida no mercado de trabalho, através de uma formação aligeirada, enquanto as classes dominantes possuem mais tempo para uma formação de qualidade em todos os níveis de ensino.

As metas, os objetivos do TPE oferecem uma perspectiva restrita para a formação da classe trabalhadora. A qualidade da educação se limita aos padrões de desempenho dos alunos obtidos nas provas do SAEB, (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), e prova Brasil, isto é, uma pedagogia de resultados. Seu significado político se materializa como partido político comprometido com as estratégias de obtenção do consenso e construção da hegemonia da classe burguesa, em uma perspectiva restrita da educação para os trabalhadores brasileiros dentro de um conformismo.

O Plano Nacional de Educação (PNE) é caracterizado por alguns autores - como (FREITAS, 2012) -, como o maior golpe na educação que os grupos dominantes já realizaram ao longo dos tempos.

São vários os questionamentos e as implicações da influência do setor empresarial na sociedade, sendo necessário o educador ter sempre um olhar atento, minucioso sobre cada questão, pois o debate em torno da educação se movimenta através das forças políticas. A inserção do TPE na sociedade civil, embora caracterizada como aliança de esforços para o bem da nação, é na verdade uma forma inovadora de se obter o consenso para exercer a dominação do capital no campo educacional.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Renata. *O IPES e os CONEPs: conflitos e consensos em torno dos rumos da política educacional da ditadura empresarial-militar brasileira*. Niterói, 2016. 202 f. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

COLEMARX. *Coletivo de estudos em Marxismo e Educação. Plano Nacional de Educação 2011-2020: notas críticas*. Disponível em: <seperj.org.br/admin/fotos/boletim/boletim558.pdf> 08 de agosto de 2014. Acesso em 4 dezembro de 2015.

FREITAS, Luiz C. *Os reformadores empresariais da Educação: da desmoralização do magistério à destruição do Sistema Público de Ensino*. Educação e sociedade, Campinas, v. 33, nº119, p.379-404, abr.-jun.2012. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

GUIMARÃES, Cátia. *Educação pública lógica privada*. Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde. Ano V - Nº 27 - mar. /abr. 2013.

MARTINS, André. *Todos pela Educação: o projeto educacional dos empresários para o Brasil século XXI*. UFJF GT-09: Trabalho e Educação, 2009.

PASSOS, Roberta. *O movimento Todos Pela Educação e suas ações para educação brasileira na atualidade*. Artigo apresentado no Seminário de produção Científica do Grupo THESE, 2013.

SAVIANI, Demerval. *O Legado Educacional do Regime Militar*. Cadernos Cedes. vol.28, n.76, p.291-312, set./dez.2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em setembro de 2012.

SILVEIRA, Zuleide Simas da. *Concepções de educação tecnológica na reforma da educação superior: finalidades, continuidades, e rupturas - estudo comparado Brasil e Portugal (1995-2010)*. Niterói, 2011. 445f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. S/d. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br>>. Acesso em nov. de 2013.

_____. S/d. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br>>. Acesso em junho de 2015.

UNESCO. *Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos – Satisfação das Necessidades Básicas em Aprendizagem*. 1990. Paris: UNESCO, 1990. Disponível em: www.unesco.org.br/publicações

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem 2, 3, 5, 9, 11, 13, 14, 20, 23, 38, 54, 55, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 86, 88, 91, 95, 96, 98, 102, 103, 105, 106, 108, 109, 111, 112, 114, 117, 118, 119, 125, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 170, 171, 172, 174, 175, 177, 184, 190, 191, 196, 197, 198, 202, 204, 210, 213, 222, 224, 228, 229, 236, 248, 249, 251, 252, 253, 255

Arqueologia Militar 134

Atividades Lúdicas 215, 217

Atmosfera Terrestre 222, 223, 224, 225, 226, 229

C

Cidadania 13, 49, 55, 84, 96, 123, 125, 164, 173, 174, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 196, 251

D

Deficiência Intelectual 69, 71, 72, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 103, 107, 204

E

Educação Ambiental 12, 13, 14, 17, 18, 19

Educação do Campo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10

Educação e Saúde 214, 215, 217

Educação e Tecnologia 111, 114, 117

Educação Pública 37, 43, 57, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 99, 120, 121, 122, 123, 124, 126

Ensino Fundamental 11, 13, 14, 16, 32, 69, 94, 98, 109, 124, 159, 160, 164, 171, 204, 205, 208, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 236, 237, 239, 240, 241

Ensino Religioso 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126

Escola 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 25, 26, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 69, 70, 72, 75, 76, 77, 79, 80, 82, 87, 88, 90, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 120, 122, 123, 124, 125, 158, 159, 160, 163, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 190, 192, 193, 194, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 213, 219, 222, 224, 226, 228, 229, 233, 235, 236, 238, 239, 241, 243, 244, 246, 252, 253, 254, 255

Expansão 51, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 118, 162, 163, 180

Experimento Didático 127

F

Formação 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 18, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 49, 61, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 104, 107, 112, 117,

118, 119, 121, 123, 124, 125, 158, 173, 174, 176, 179, 186, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 198, 199, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 216, 223, 226, 227, 228, 229, 241, 249, 251, 252, 253, 254, 255
Formação de Professores 7, 22, 23, 26, 81, 82, 112, 117, 188, 189, 193, 198, 203, 254, 255
Fortificação 134, 157

G

Gases 127, 128, 130, 131, 143, 144

Gestão da Educação 46, 48, 54, 55

I

Ímãs 127, 128, 129, 130, 131

J

Justiça Curricular 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

M

Microbiologia 247, 248, 249, 250, 251, 252

Monitoria 248

O

Opressão 27, 30, 31, 32, 33, 34

Oprimido 10, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34

P

Pandemia do Coronavírus 36, 37, 41, 44

Papéis Sociais 36, 43

Política 4, 5, 7, 10, 32, 33, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 60, 62, 66, 68, 70, 77, 78, 81, 84, 85, 86, 87, 91, 93, 95, 96, 98, 106, 120, 125, 158, 174, 175, 176, 181, 193, 197, 200, 206, 209, 212, 216, 217, 220, 233

Políticas Públicas 3, 5, 38, 39, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 68, 83, 84, 88, 89, 99, 109, 173, 174, 175, 185, 200, 204, 205, 209, 210, 213, 217, 236, 255

Pós-Graduação 34, 46, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 83, 111, 115, 158, 193, 200, 213, 246, 254, 255

Práticas Curriculares 92, 93

Práticas Pedagógicas 7, 47, 69, 72, 78, 81, 96, 118, 197, 249

Privatização 58, 62, 66, 67, 83, 84, 85, 86, 87, 234, 244

Psicologia Educacional 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26

R

Relação Escola-Família 100, 101, 103, 106

S

Sustentabilidade 11, 12

T

Tecnologia 1, 2, 7, 9, 58, 63, 87, 111, 114, 117, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 230, 248, 249, 252, 253, 254

Teorias do Currículo 188, 189, 198, 199

V

Viabilidade Financeira 231, 242, 243

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

3



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

3



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br